



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

NÚMERO 1

INICIO 20.30 HORAS



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2012 -----

Nº. 01/2012 -----

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada através do Edital número um barra dois mil e doze, de dez de Fevereiro de dois mil e doze, tendo comparecido os seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, António Manuel Morgado Louro, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, Jorge Manuel Louro Pereira, António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltaram a esta sessão os vogais Hugo Filipe Neto Sebastião e Mário Rodrigues Pereira, apresentando ambos justificação de impedimento há reunião. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo do Município: - Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Rui Paulo Serras Vermelho, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim e Rui José da Silva Pires. -----

Também estiveram presentes os seguintes funcionários da Câmara Municipal: - Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Manuela Lopes, Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente e Maria Adelaide Quaresma, Técnica Superior. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo iniciado os trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que por dificuldade nos serviços não foi possível elaborarem-se as atas, esperando que na próxima sessão as mesmas estejam concluídas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Durante este período foram feitas as seguintes intervenções: -----

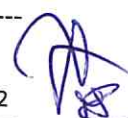




Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu, que na última sessão da Assembleia Municipal falou-se das Festas do Concelho quanto ao novo modelo a implementar em 2012. Disse também, que os vereadores do PS informaram a respectiva bancada, de alterações ao que estava inicialmente previsto. -----
Face ao exposto, pergunta se já existe um programa definitivo das Festas do Concelho 2012? -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Informou, que recebeu do Ministério Público de Abrantes documentação referente a um processo levantado contra si, comunicando que o mesmo foi arquivado. Diz também, que o processo em causa tem a ver com uma intervenção que fez na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 24/09/2009, quando abordou os contratos assinados com os quatro cantos do cisne. Na altura, afirmou que no seu entender haviam algumas coisas que estavam menos bem e que na sua opinião havia matéria para uma intervenção jurídica, realçando que o ponto em discórdia tinha a ver com o prazo do contrato dos terrenos por dez anos, não sendo esse o entendimento da Assembleia Municipal. Em consequência dessa intervenção, houve um senhor que pôs uma acção em tribunal contra si e outras pessoas por injúria agravada. Na sequência do processo, o tribunal fez as respectivas diligências mandando arquivar o processo, pronunciando o seguinte despacho:” *“O bem jurídico protegido pela norma incriminadora acima referida é a honra a qual é vista como um bem jurídico complexo, que inclui quer o valor pessoal ou interior de cada indivíduo radicado na sua dignidade, quer a própria reputação ou consideração exterior. Porém no caso dos vertentes autos e no que diz respeito ao alegado crime de injúria agravada que se referirá no conteúdo da proposta do debate do protocolo assinado entre a Associação Os Quatro Cantos do Cisne e a Câmara Municipal de Constância verifica-se que os factos imputados aos denunciados foram efectuados no âmbito do exercício da actividade política, ou seja os denunciados imputaram ao denunciante ilegalidades na celebração do contrato com a Associação Os Quatro Cantos do Cisne, afirmaram e defenderam em sede na Assembleia Municipal que o denunciante Rui Pires havia assinado o protocolo sem prazo que foram feitas benfeitorias em propriedades particulares que estariam acessíveis ao público e que alguns dos proprietários seriam familiares deste. Entendiam que ao findar tal possibilidade de distribuição pelo público decorridos que estão dez anos sobre a celebração do protocolo e consequente reversão das benfeitorias para os particulares, o interesse público ficaria lesado. Ora salvo o devido respeito entendemos que na verdade tais afirmações não obstante não serem abonatórias para o Rui Pires constitui apenas o cerne da actividade política nomeadamente a possibilidade de poder colocar em causa as opções de afectação dos bens públicos, nomeadamente dinheiro. Discutir essas opções e colocar em causa uma determinada medida tomada por alguém no exercício de cargo público, numa autarquia, não poderá substanciar a prática de um ato seja submersível a uma conduta criminosa, sendo certo que por via dessa crítica fica a própria pessoa afectada, porém a exposição própria de quem exerce um cargo público relativamente às decisões tomadas no exercício de funções significa, que a contestação a estas per si nunca poderá ser entendido como uma injúria sobre pena de ficar irremediavelmente cerceado por exercício da nova função da gerência da coisa pública”.* -----

Finaliza a sua intervenção, perguntando se já existe resposta para a questão que levantou numa sessão anterior relacionada com a passagem na ponte sobre o rio Tejo duma caravana de jipes e motos quatro por quatro (4x4). -----



Presidente da Câmara Municipal – Informou que relativamente às festas, a alteração referida, tem a ver com a introdução dum evento no Sábado à noite, que não estava previsto quando se abordou o assunto na Assembleia Municipal. Quanto ao programa final das festas, ainda não existe, porque a Câmara Municipal ainda está a estabelecer contactos para se acertarem valores e exigências técnicas impostas pelos grupos musicais. -----

Como a vereadora Manuela Arsénio acompanhou o assunto da ponte sobre o rio Tejo, solicitou à mesma os esclarecimentos necessários. -----

Vereadora Manuela Arsénio – Informou que na sequência dos contactos estabelecidos entre o Presidente da Câmara Municipal de Constância e o comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância, este admitiu que terá dado indicações a dois bombeiros para abrirem os pórticos visando permitir a passagem de ambulâncias dos Bombeiros Voluntários de Ourém, tendo eventualmente nesse momento passado outras viaturas. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Acha positiva a alteração anunciada pelo Presidente da Câmara Municipal relativamente às festas do Concelho, noite de sábado, uma vez que a maioria das pessoas não trabalham ao Domingo, aproveitando assim o Sábado, para estarem mais tempo na festa. -----

Relativamente ao grande prémio de atletismo, na sessão da Assembleia Municipal, onde foram abordada as festas do concelho, ficou com a sensação que o evento era para se manter, bem como o concurso de fotografia. Posteriormente à referida sessão da Assembleia Municipal, foi informada, que o grande prémio de atletismo não se realizava, mantendo-se o concurso de fotografia. -----

Pergunta, se o grande prémio de atletismo não se realiza, e qual o impacto económico que os custos do evento têm no custo das festas? -----

Presidente da Câmara – Informou que a decisão de não se realizar o grande prémio de atletismo, foi uma opção do executivo, tendo em conta que o Sábado não seria dia de festa, e que o aluguer de pavilhões para instalar tasquinhas não fazia parte do investimento da autarquia, logo, não estavam reunidas as condições para que se realizasse o grande prémio de atletismo garantindo aos visitantes espaços de restauração onde pudessem almoçar e jantar. Por outro lado, estando previsto não haver animação na noite de Sábado, o evento aparecia isolado. Ainda se colocaram outras hipóteses para a realização, no entanto prevaleceu a primeira opção que o executivo tinha tomado, a de se realizar o grande prémio de atletismo, ano sim, ano não, admitindo contudo, haver opiniões diferentes daquelas que levaram o executivo a tomar a decisão que tomou. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Nas explicações dadas na intervenção anterior, percebe que foi uma opção do executivo não realizar o grande prémio de atletismo. Uma das razões invocadas para a não realização do evento é a pouca afluência, segundo previsão do Presidente do executivo, de tasquinhas. De acordo com a informação dada na última Assembleia Municipal, a autarquia vai assumir a montagem de duas tasquinhas, uma para os “Camponeses de Malpique” e outra para a “Banda Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro”, pelo facto das instituições mencionadas actuarem nas festas do concelho. Como foi afirmado haver abertura para outras Instituições montarem tasquinhas, e como uma das razões para não haver prova de atletismo foi para a provável falta de

tasquinhas, pergunta se de facto é assim, e se as duas tasquinhas montadas pela autarquia são as únicas a funcionar nas festas do concelho? -----

Presidente da Câmara – Informou que foi aprovado na reunião de Câmara normas para o funcionamento das tasquinhas, constando nas mesmas, a possibilidade de colectividades e associações de comerciantes do concelho arranjam um espaço para instalarem as respectivas tasquinhas, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal a ligação da água e electricidade. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Considera haver o risco por falta de divulgação da alteração ao modelo convencional das festas do concelho, de uma falta de oferta de refeições, uma vez que os visitantes foram criando ao longo dos anos o hábito de fazer das tasquinhas um espaço a procurar. -----

Presidente da Câmara – Considera que se corre esse um risco. No entanto, face há situação que o país atravessa, é sua convicção que a afluência de visitantes às festas vai ser menor que em anos anteriores, opinião igualmente partilhada pelos comerciantes do concelho. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia submeteu à aprovação a **ORDEM E TRABALHOS**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, e constituída da seguinte forma: -----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012; -
3. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º. 1 do artigo 53º. Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
4. Outros assuntos de interesse. -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve qualquer intervenção. -----

2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012-----

O Presidente da Assembleia questionou se alguém estava interessado em intervir. -----

Presidente da Câmara – Informou que a documentação distribuída sobre a matéria a discussão é suficientemente elucidativa, estando disponível para responder a eventuais questões que queiram colocar. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Informou que a sua bancada vai votar favoravelmente esta alteração, apesar de se terem absterido aquando da votação do orçamento, por se tratar de corrigir uma lacuna que o orçamento tem. -----

Submetido à votação, foi aprovada a 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012 -----

3 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º. 1 DO ARTIGO 53º. DA LEI N.º. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a Informação Escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenções: -----

Vogal Rogério Palácio (CDU) – Interveio para solicitar informação sobre o desenvolvimento do processo do posto médico de Montalvo, ao nível das consultas médicas, bem como o serviço de enfermagem, ou seja, o funcionamento na sua globalidade. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Abordou o projeto “Astronomia no Tejo”, afirmando que na página três, relativamente à adjudicação de bens e serviços, está mencionado o valor de vinte e sete mil euros (€ 27.000,00) para aquisição do planetário digital. Consultando as GOP aprovadas em Dezembro de dois mil e onze, verifica que existia um valor de dezassete mil euros (€ 17.000,00) para o mesmo projecto. Continuando a consultar o documento verifica que na página cinco existe um valor de noventa e seis mil quinhentos e vinte e um euros (€ 96.521,00) na rubrica “Concurso de empreitadas em fase de lançamento”. Tendo em conta que os valores apresentados são muito superiores àqueles que constam no documento aprovado, solicita esclarecimento. -----

Ainda com base no mesmo documento, na página cinco, concurso de bens e serviços em fase de lançamento, aparece o projecto da “Astronomia no Tejo” mas sem valores. Pergunta, qual é o valor afecto a este projecto, e como é que aparecem valores muito superiores aos que foram definidos nas GOP aprovadas em Dezembro? -----

Vereadora Júlia Amorim – Relativamente à questão colocada sobre o funcionamento do posto médico em Montalvo, afirma que a situação se mantém, excepto as consultas das grávidas e da saúde materna infantil que passaram para o Centro Saúde de Constância. A Junta de Freguesia de Montalvo e a Câmara Municipal de Constância têm acompanhado este processo fazendo diligências, ao nível de Director do ACES do Zêzere ao qual nós pertencemos, não tendo sido possível a este nível, resolver a questão dos médicos de família. Informa ainda, que está agendada uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde para o dia vinte e oito de Fevereiro do corrente ano, reunião que servirá entre outras coisas, para manifestar a preocupação da população de Montalvo relativamente à falta de médico de família e serviço de enfermagem. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente ao Centro de Ciência Viva, lembra que em dois mil e dez e também em dois mil e onze, manifestou numa sessão da Assembleia Municipal a necessidade de construir uma sala para o planetário no espaço aberto, através duma candidatura ao programa PRODER da TAGUS, e que por via de uma contrapartida da Agência Nacional, os encargos para a

autarquia seriam nulos. O montante de noventa mil euros (€ 90.000,00) que consta no documento referenciado pela vogal Isabel Costa, só aparecem agora, porque foi o momento em que o programa foi aprovado. Salienta ainda o facto do financiamento comunitário, que entretanto está a chegar, fazer com que o valor a liquidar seja bastante inferior aos trinta mil euros (€ 30.000,00) que a Agência Nacional transferiu em dois mil e dez (2010) para a autarquia, estando previsto para breve a transferência de igual quantia. Para finalizar, afirma que esta obra nada tem a ver com o projecto "Astronomia no Tejo". -----

Relativamente ao projeto "Astronomia no Tejo" informa que o investimento total foi de duzentos e cinquenta mil euros (€ 250.000,00), sendo a comparticipação de oitenta e cinco por cento (85%), cabendo há autarquia um encargo total de trinta e sete mil novecentos e trinta e dois euros (€ 37.932,00) constando no projecto, equipamento informático, maquinaria e outro equipamento, pessoal, equipamento de transporte, aquisição de bens, informação e publicidade, aquisição de outros serviços e outras despesas. -----

Para pessoal estão previstos cinquenta e sete mil trezentos e trinta e oito euros (€ 57.338,00) financiado a oitenta e cinco por cento (85%), dá um valor de quarenta e sete mil trezentos e setenta e oito euros (€ 47.378,00) que ultrapassa largamente os trinta e sete mil novecentos e trinta e dois euros (€ 37.932,00) que a autarquia tem que pagar pelos quinze por cento (15%) não comparticipados. Este projecto permite ainda pagar a dois funcionários da Câmara Municipal a laborar no Centro Ciência Viva. -----

Para informação e publicidade, vinte e nove mil trezentos e quarenta e sete euros (€ 29.347,00), com a possibilidade de se publicitar através da comunicação social, outdoors e lonas, estando inclusive previsto a curto prazo, colocar um outdoor gigante. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Afirma que desde a aprovação das GOP e até à presente data, já foram feitas alterações ao orçamento pelo executivo. Diz ainda, que a soma dos valores gastos nos equipamentos de transporte, informático e básico previsto inicialmente, era de vinte e sete mil quinhentos e noventa e seis euros (€ 27.596,00), e o valor referido pelo Presidente da Câmara é de trinta e sete mil novecentos e trinta e dois euros (€ 37.932,00), o que indicia terem havido alterações ao orçamento inicialmente aprovado pela Assembleia Municipal. Face há diferença entre o valor inicialmente previsto nas GOP, e aquele que foi enunciado pelo Presidente do Executivo, solicita esclarecimento sobre o valor gasto nos projectos que atrás faz referência? -----

Tendo em atenção que o município está em recessão, e que os projectos em causa, para a bancada do PS, não são necessidades básicas da população, entende que é preciso haver o cuidado para não se ultrapassarem os orçamentos inicialmente previstos, colocando a possibilidade da bancada do PS apresentar um requerimento solicitando esclarecimentos, não só, sobre a questão que acabou de colocar, mas também sobre os investimentos que tenham a ver com o Centro Ciência Viva. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que a vogal Isabel Costa não deve ter percebido nada relativamente às explicações que fez na sua intervenção anterior. Aquilo que disse foi que a autarquia prometeu a duas instituições executar um determinado projecto, disponibilizando-se as mesmas em pagar ao pessoal, fornecerem viatura e equipamento básico. Em suma, disseram para se executar o projecto que pagavam tudo. Como a autarquia tem que investir trinta e sete mil e





novecentos euros (€ 37.900,00) no projecto, e sendo o valor a pagar aos funcionários adstritos de quarenta e sete mil euros (47.000,00), logo, a autarquia ganha cerca de dez mil euros (€ 10.000,00), para além do município ficar com uma viatura nova e de todo o equipamento adquirido. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Solicitou esclarecimento sobre as obras na ponte sobre o rio Tejo, quanto à previsão para a sua conclusão, se os prazos estão a ser cumpridos e se os financiamentos do QREN estão a ser transferidos para a autarquia atempadamente e com regularidade, bem como, se as outras entidades envolvidas no processo, REFER, IEP e Câmara Municipal de Vila Nova já transferiram para a Câmara Municipal de Constância o valor correspondente à participação de cada uma no processo? -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que relativamente aos prazos, havia a intenção do empreiteiro encurtá-los. No entanto, como só em Dezembro o Tribunal de Contas, deu o visto foi a partir daí que acelerou a obra, prevendo-se a conclusão dos trabalhos em Agosto, sendo no entanto prematuro, avançar-se com uma data precisa. -----

Relativamente aos pagamentos, a autarquia recebeu hoje, um dos autos no valor de cento e noventa e cinco mil euros (€ 195.000,00), faltando receber outro com idêntico valor do IFDR. -----

Quanto aos pagamentos da responsabilidade da Câmara Municipal de Constância às empresas Tecnovia e de fiscalização, existe um atraso pouco significativo de dinheiros comunitários, via IFDR. --
A autarquia já facturou há REFER e Estradas de Portugal quarenta e dois mil cento e sessenta e nove euros (€ 42.169,00) a cada uma das entidades. A REFER não aceita pagar o IVA andando a protelar o pagamento. Relativamente há Estradas de Portugal, informa que teve recentemente uma reunião com o responsável no sentido de sensibilizar aquela empresa a liquidar o valor em dívida, não tendo até ao momento sido pago. -----

Por fim a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, com o encargo mais baixo, trinta e três mil, setecentos e trinta e oito euros (€ 33.738,00), ainda não entregou qualquer verba para liquidação da dívida. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Pergunta em que data foi feita a facturação, às entidades atrás mencionadas? -----

Presidente da Câmara – Informou que há Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha foi em Janeiro de dois mil e doze, tendo às outras entidades em Dezembro de dois mil e onze. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Quanto ao projecto do Cine Teatro, pergunta qual é a decisão da Câmara Municipal relativamente aos timings da sua remodelação e concretização? -----

Presidente da Câmara Municipal – A questão do Cine Teatro divide-se em duas componentes: Uma que era imposta há autarquia por lei, e que constava na execução de determinadas alterações estruturais para se poderem realizar espectáculos. A outra, decidida pela Câmara Municipal em conjunto com os técnicos da autarquia, nomeadamente os chefes de divisão da DOMA e da Gestão de Planeamento e Urbanismo, assumir-se outro tipo de intervenção utilizando os recursos próprios



do município. Para melhor explicar o processo solicitou ao Eng.º Jorge Heitor esclarecimentos mais pormenorizados. -----

Eng.º Jorge Heitor – Informou que relativamente ao projeto do Cine Teatro, aguarda-se a entrega do projeto de execução de arquitectura e das respectivas especialidades, para ser lançada a respectiva empreitada. Diz ainda, que já houve uma reunião com a empresa para serem consideradas algumas infra-estruturas existentes, tais como som e outras. -----

Arquiteta Manuela Lopes – Informou que está a ser elaborado pelos serviços da Câmara Municipal um projecto, visando responder às infiltrações de água através terraço do Cine Teatro, e que passará pelo prolongamento da cobertura do edifício existente. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Como foi referido no esclarecimento do Presidente do Executivo, os noventa e seis mil, quinhentos e vinte e um euros (€ 96.521,00) nada tinham a ver com o projecto “Astronomia no Tejo” mas sim com o Centro Ciência Viva na instalação do planetário. Como no projecto sessenta barra dois mil e dez (60/2010) aparece no Parque de Astronomia, o pavilhão multiusos e o abrigo do telescópio, referenciados com dois pontos, um e dois (1 e 2), pergunta se este está no ponto um ou dois? -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que não pertence nem a um nem a outro. O abrigo do telescópio foi inicialmente projectado para ser instalado numa estrutura que incluía dois edifícios contíguos. O pavilhão multiuso é outra coisa. No início do projecto pensou-se instalar em cima da sala do planetário o abrigo para o telescópio. Depois duma análise chegou-se à conclusão que tecnicamente não era funcional, tendo-se optado por construir um abrigo, não em cima da sala do planetário, mas ao lado. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Face às explicações apresentadas, pergunta onde se encaixa o valor referido? -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que é no abrigo do telescópio. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Interveio dizendo que a designação dada é diferente, tendo-lhe criado alguma dificuldade em perceber. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que no início do processo se chamava de facto abrigo do telescópio. Depois como o projecto foi dividido em duas partes por causa da questão técnica referida anteriormente, não se tendo, de facto, actualizado no documento. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Solicitou esclarecimento para o facto de no documento na página cinco (5), projecto “Astronomia no Tejo”, não constar qualquer verba para aquisição de diversos bens e serviços. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que não aparece, nem vai aparecer qualquer verba, por se tratar de um concurso para aquisição de bens e serviços em fase de lançamento. -----



Vogal Marco Gomes (PS) – Interveio para se focalizar nas festas do concelho em dois mil e onze, concretamente no discurso feito pelo Presidente da autarquia junto às embarcações e na presença do Secretário de Estado da Administração local José Junqueiro, transcrito pela rádio Condestável da seguinte forma: “no dia 27 de Abril de 2011, Máximo Ferreira, Presidente da Câmara Constanciense, aquando da chegada das embarcações engalanadas e na presença do secretário de Estado da Administração Local, José Junqueiro, fez uma resenha histórica desta terra de confluências, de lutas, de reis e de poetas, uma terra que soube lutar contra as dificuldades, mas também sempre soube ultrapassar obstáculos”. Na continuação do discurso, aproveitou para recordar a luta pela ponte sobre o rio Tejo e por causa dela, as obras que ficaram comprometidas, como foi o caso de uma via de comunicação entre Santa Margarida e Malpique, ampliação do cemitério e o campo de futebol municipal, mas em todo este processo, nem tudo foi mau, o autarca anunciou a celebração de um contrato de cooperação técnico e financeira com o governo para requalificar a via de comunicação entre Aldeia e Malpique, tendo sido assumido pelo Estado cinquenta por cento (50%). -----

Perante o que vem na comunicação social, pergunta se de facto foi assinado o contrato de cooperação e se o município recebeu a verba correspondente aos cinquenta por cento (50%) para realizar a obra? -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Abordou o problema do Cine Teatro, dizendo que o mesmo, acerca de dois anos e meio, que não está a desempenhar as funções para o qual foi construído, apesar de saber que a burocracia no País é muita, considera que algo vai mal. -----

Outra questão que abordou, prende-se com a actividade do município, concretamente o que são os inquéritos a idosos que está a ser feito pela autarquia. Não entende para que servem estes inquéritos e se a Câmara Municipal de Constância em pleno século vinte e um não conhece os seus idosos. -----

Vereadora Júlia Amorim – Relativamente ao inquérito aos idosos, informou que no site do Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, consta um projecto que visa conhecer duma forma científica as reais características da população idosa do concelho de Constância. -----

Diz ainda que a autarquia teve a felicidade de haver um organismo que se disponibilizou para fazer o estudo, estudo esse, que implica a realização de inquéritos, que depois de validados, tratados e interpretados, possam ser apresentados há população para que fique a conhecer melhor a situação do nosso concelho relativamente há faixa etária inquirida, mas também se possa duma forma processional tomar medidas acertadas. -----

Afirma ainda, que fazer um inquérito a toda a população idosa do concelho demora algum tempo, tendo sido fundamental o envolvimento das Juntas de Freguesia no fornecimento da relação dos idosos, para depois no terreno, e numa altura em que havia um maior número de funcionários da autarquia, se terem realizado os inquéritos. Na Junta de Freguesia de St.^a Margarida da Coutada, todas as pessoas que mostraram interesse, foram inquiridas. Em Constância Sul, foram contactados todos os idosos referenciados. Nas Juntas de Freguesia de Constância (excepto Constância Sul) e Montalvo, foi iniciado o inquérito, não se tendo contactado todos os idosos constantes da relação, por falta de pessoal da Câmara Municipal. -----



A autarquia estabeleceu um protocolo com o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra para se realizar o estudo, sendo quinhentos e poucos euros o valor foi pago pelo mesmo, tendo-se neste momento concluídas as aplicações dos inquéritos, sem que a Câmara Municipal tenha transferido qualquer verba para o Centro de Estudos. -----

4 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou o Senhor Presidente da Câmara que ficou por responder uma questão formulada pelo Vogal Marco Gomes, acerca do contrato programa para a requalificação da ligação da estrada da Aldeia a Malpique, o qual motivou intervenções aos média por parte do Presidente da Câmara e do Secretário de Estado. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que é verdade o que foi dito, tanto pelo Secretário de Estado como por ele, assim como a assinatura do contrato programa. -----
Quanto aos cinquenta por cento referidos como recebidos pela autarquia, faz-lhe lembrar uma história que se conta, dizendo que o executivo anterior recebeu alguns milhões de euros para arranjar a ponte, tendo gasto o dinheiro e não arranjou a ponte. Os contratos programas são estabelecidos e a verba só é transferida para a autarquia à medida que se vai executando a obra, não sendo portanto verdade que o município tenha recebido qualquer verba respeitante aos cinquenta por cento (50%). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que o anterior executivo nunca fez nenhum contrato programa para recuperar a ponte, nem nunca fez contratos programa que não tivesse recebido dinheiro da Administração Local, lamentando o mesmo não esteja a acontecer neste momento, com este executivo. -----
O executivo anterior fez, e teve expectativas que a população alimentou, projetos novos, que custaram muitos milhões de euros, para se construir uma nova ponte. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Incidiu a sua intervenção no Centro Escolar de Montalvo, afirmando que ao analisar a documentação distribuída considera que o processo está concluído. A questão que coloca é se já estão reunidas as condições para a autarquia candidatar o Centro Escolar aos fundos comunitários? -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Levanta o problema de águas estagnadas na rua das Hortas em St.ª Margarida da Coutada, onde existe uma exploração agrícola biológica, perguntando se a autarquia já tomou medidas visando solucionar o problema? -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que o Centro Escolar de Montalvo, ainda não foi lançado a concurso, porque em Fevereiro de dois mil e onze fecharam as candidaturas, estando no entanto o projecto contratualizado e pronto para logo que abram as candidaturas, avançar. -----

Vereadora Manuela Arsénio – Relativamente à questão levantada pelo vogal Marco Gomes informa que se trata duma linha de água. -----

Quanto a água ser imprópria para as hortas vizinhas, convém realçar que foram feitas muitas análises há água ali depositada, situando-se os valores registados dentro da lei. -----

Eng.º Jorge Heitor – Informou que esteve no local com a ARH a analisar a situação, juntamente com os proprietários dos terrenos que fazem fronteira com o local, tendo sido feita uma acta e dado conhecimento dos valores apurados nas análises, verificando-se que os mesmos ficam muito aquém dos valores do esgoto doméstico, não tendo a autarquia até à presente data, para além do que foi dito, acrescentado algo. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Por aquilo que acabou de ouvir, verifica que a Câmara Municipal não irá fazer qualquer intervenção visando resolver a situação. -----

Diz que recentemente parou no local, e verificou que alguém procedeu à limpeza do interior da casa onde está a bomba da estação elevatória e deixou o lixo armazenado junto à referida casa e a paragem do autocarro, contribuindo desse modo para a poluição das águas pluviais. -----

Termina a intervenção, perguntando se a Câmara Municipal tem conhecimento da existência de alguma fossa séptica a funcionar na zona, e que porventura possa estar a deitar fora, sem que o seu proprietário tenha declarado a necessidade para o seu esvaziamento. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Por considerar um assunto fora da área de jurisdição da Assembleia Municipal, solicitou ao presidente da Assembleia autorização, concedida, para colocar uma questão ao presidente da Junta de Freguesia de St.ª Margarida da Coutada, relativamente ao subsídio atribuído por esta, ao basquetebol do Tramagal Sport União, perguntando qual a razão para a atribuição do citado subsídio? -----

Outra questão que coloca tem a ver com um depósito de máquinas existente junto aos cafés em Constância Sul na Estrada Nacional 118, perguntando qual é a percepção que a Câmara Municipal de Constância tem, sobre o mesmo? -----

Finalmente, faz uma abordagem ao preço da água praticado no concelho de Constância, afirmando que no distrito de Santarém é a autarquia que pratica os preços mais elevados, conforme prova o estudo que fez, dando de seguida dois exemplos que confirmam o que acabou de afirmar. -----

Assim, utilizando como valor de referência dezanove metros cúbicos de água (19m³) para uso doméstico, o município que denomina de A, cobra dezoito euros e setenta e três cêntimos (€ 18,73). O preço praticado para os mesmos metros cúbicos de água, pela autarquia de Constância é de vinte e três euros e três cêntimos (€ 23,03). O valor pago ao município de Constância pelas empresas é de trinta euros e setenta e oito cêntimos (€ 30,78), no município A é de € 21,09, valor inferior ao praticado para uso doméstico. -----

Vereadora Júlia Amorim – Segundo entendeu, o preço por dezanove metros cúbico de água pago pelas famílias com dificuldades económicas é de doze euros, ou seja, sessenta e três cêntimos por metro cúbico. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Interveio para afirmar que na última Assembleia Municipal fez um requerimento solicitando as actas da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, tendo-as de facto



recebido, mas incompletas, uma vez que não consta na mesma, aquilo que o vogal Rui Ferreira afirmou na última sessão da Assembleia, pergunta se será necessário fazer novo requerimento. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que o processo não passou por ele, lembrando que qualquer vogal que queira receber documentos, terá que fazer um requerimento. Neste caso como lhe parece ter havido um lapso, entende que contactando a funcionária pessoalmente, será corrigido o lapso. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que não houve qualquer lapso. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Pergunta se as actas não têm anexos? -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou que não fossem contactos pessoalmente os funcionários da autarquia, porque a Câmara Municipal sempre que lhe é solicitada uma acta ou ofício a mesma fornece esses documentos. Se houver um documento que não faça parte da acta, naturalmente o mesmo só será fornecido caso seja requerido. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Face ao exposto, informou o vogal Marco Gomes para apresentar um requerimento, solicitando os anexos que acompanham a acta. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Tem conhecimento que na última semana, o Centro Escolar de St.ª Margarida da Coutada, não recebeu os pacotinhos de leite, elemento constante da dieta alimentar das crianças do Centro. -----

Questiona se a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação, e se pensa fazer alguma coisa para solucionar o problema? -----

Vereadora Manuela Arsénio – Informou que a função da autarquia neste processo é levar o leite ao Centro Escolar quando solicitado por este. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deduz da explicação dada, que a Câmara desconhece que haja falta de leite no Centro Escolar de Santa Margarida? -----

Vereadora Júlia Amorim – Interveio afirmando não ser justo o vogal Marco Gomes acusar a autarquia de não se preocupar com a situação. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considera que a questão levantada, relativamente à falta de leite no Centro Escolar, não está a ser esclarecida com a clareza que o assunto exige, apelando para que se diga numa forma explícita o que aconteceu e como vai ser resolvida a situação. -----

Vereadora Júlia Amorim – Informou que não se trata numa questão de clareza, mas sim a intenção clara de não se querer entender as explicações dadas. O conhecimento que o executivo camarário tem, é que pelo facto de ter havido mudança de concurso, o leite há três semanas que não chega às



escolas, assim como, também não chegou há autarquia qualquer pedido, nem qualquer informação de que haja meninos com insuficiência alimentar, estando a ser tomadas providências visando solucionar o problema. Disse ainda que os Quatro Cantos do Cisne não têm nada a ver com o leite escolar, mas sim o Agrupamento de Escolas. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Informou que o leite é enviado pela DREL, e aquilo que o Centro Escolar faz, é solicitar transporte há autarquia para que o camião enviado pela DREL, descarregue as embalagens de leite para a viatura do município, cabendo depois a esta distribuí-lo pelas escolas. Considera de mau gosto vir para a Assembleia Municipal fazerem-se insinuações, sem primeiro procurar saber como funciona o sistema, devendo, isso sim, perguntar há DREL porque razão não há leite escolar no concelho de Constância. -----

Quanto à explicação dada pelo vogal Carlos Alves relativamente ao preço da água, não ficou suficientemente esclarecido, porque tem visto com regularidade os preços praticados em Abrantes, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Tomar e na Chamusca, reparando que a factura total é superior, porque associado ao preço da água vêm também outras taxas. Nalguns municípios o valor do metro cúbico é mais barato, só que a incidência das taxas de ligação, e de disponibilização, do contador, é tal, que o valor final da factura coloca o preço bastante mais caro. -----

Termina perguntando ao vogal Carlos Alves, qual foi a Câmara Municipal onde viu dezanove metros cúbicos (19m³) de água, custar dezoito euros e setenta e três cêntimos (€ 18,73). Acredita que o preço mencionado seja verdade, caso estejamos perante o preço exclusivamente da água sem taxas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio dizendo, que a abordagem que o vogal Rui Ferreira fez não deixa de ser verdade, pois aquilo que preocupa o consumidor é o preço total da factura, considerando que a análise feita pelo vogal Carlos Alves, tomando como referência só a água ignorando as taxas, faz com que o cálculo efectuado saia distorcido. -----

Vereadora Júlia Amorim – Interveio para informar os presentes, que só hoje a Câmara Municipal teve conhecimento através duma mãe, porque oficialmente não chegou nada há autarquia, que não estava a ser distribuído o leite escolar. -----

Sugere a todos os eleitos, sempre que tenham conhecimento dum problema no concelho, o comuniquem há Câmara Municipal para que possa intervir, ao não faze-lo, podem ser-lhes imputadas responsabilidades por conivência com situações que podiam ser remediadas ou resolvidas. O executivo não tem o dom de adivinhar, não tendo informação, não pode saber se existem crianças a passar fome, ou se o pacotinho de leite foi ou não distribuído. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que conhece bem como funciona o sistema da distribuição do leite escolar. O que acha estranho em todo este processo, é verificar que existe uma falta de informação entre as escolas e a autarquia, apesar do executivo camarário afirmar possuir uma boa relação com todas as Instituições do concelho, muito mais com as escolas que são colaboradores e parceiros directos. -----

Realça ainda a intervenção do vogal Rogério Palácio solicitando esclarecimentos sobre o Centro de Saúde de Montalvo, dizendo que o problema não preocupa só os habitantes da margem norte do concelho mas de todos os seus munícipes. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Relativamente à questão da água, afirma que o estudo que fez incidu somente sobre os metros cúbicos de água, não tendo contudo a forma escolhida para o estudo, grande influência no tarifário, no mais barato ou mais caro. Afirma ainda que a reformulação do tarifário já tinha sido levantada por si na gestão do anterior executivo, entendendo por isso, que o Presidente da Assembleia Municipal tenha criticado a sua intervenção quando apresentou o resultado do estudo. -----

Termina, para dizer que na intervenção anterior, colocou uma questão há Câmara Municipal aguardando uma resposta. Considera-se injustiçado no tratamento que lhe é dado pela autarquia, relativamente às questões que tem colocado, pois a resposta às mesmas tardam ou nunca chegam. --

Presidente da Assembleia Municipal – Informou o vogal Carlos Alves que não partilha da sua opinião, ao acusá-lo de ter criticado o estudo comparativo que fez, sobre a reformulação do tarifário da água. Diz que quando era presidente da Câmara Municipal de Constância, efectivamente falaram sobre esta questão, mas de facto aquilo que é preciso encontrar é a fórmula para uma reformulação que não traga maiores dificuldades no pagamento da água. -----

Aproveita a oportunidade para solicitar ao presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre uma questão colocada pelo vogal Carlos Alves, relativamente a um depósito de máquinas existente em Constância Sul e que ficou por responder. -----

Vereadora Manuela Arsénio – Informou que se trata dum espaço privado, vedado, contendo no seu interior alguns equipamentos, não tendo qualquer indicação do fiscal da autarquia para alguma situação irregular. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Considera injusta a forma como é feito o cálculo da factura da água, dando como exemplo, um cidadão que tenha feito um furo de captação de água, e que coloque no esgoto um significativo volume daquele líquido, não suportará qualquer encargo, uma vez que não está ligado à rede de água da autarquia, colocando-se o mesmo procedimento em relação ao lixo. ----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Concorde com o exemplo dado pelo vogal Marco Gomes, desafiando no entanto os membros do PS na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, o assumir pela Câmara Municipal de Constância o valor das taxas praticadas pelas autarquias de Abrantes e Vila Nova da Barquinha, duas autarquias do PS, para depois se comparar o valor da factura final. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que não está nesta Assembleia para fazer comparações deste município com os mencionados pelo vogal Rui Ferreira, porque ao fazê-lo, teria que reivindicar muitas coisas que o concelho de Abrantes tem e a autarquia de Constância não. O seu companheiro de bancada vogal Carlos Alves na intervenção que fez sobre o tarifário da água falou duma realidade existente no concelho, os idosos. A CDU na campanha eleitoral apostava no apoio aos idosos, no cartão do idoso, mas na realidade nada foi feito. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz que quando levantou a questão da água, o fez tentando sensibilizar a Câmara Municipal para que em conjunto com a Assembleia Municipal, se pudesse encontrar uma forma de tornar justo o tarifário da água praticado no município de Constância, deixando de lado

questões políticas, porque o que está em causa é o custo da água. A persistência que tem colocado nesta questão, traz-lhe à memória a campanha que desenvolveu para se alterar o pavimento do adro da igreja de St.ª Margarida da Coutada, tendo ao fim de alguns anos sido feita essa alteração, e hoje pode-se ver um piso de facto muito bonito. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Diz não ter dúvidas, que qualquer executivo quer fazer sempre o melhor para a sua população, até porque, esse melhor reflecte-se em votos, não acreditando que se houver alguém com uma ideia boa, a mesma não seja aproveitada só porque não partiu de quem tem o poder. Acha oportuna a proposta do vogal Rui Ferreira, na simulação do valor da factura a pagar pelos munícipes do concelho de Constância e dos concelhos limítrofes, partindo-se do consumo de vinte metros cúbicos de água, mais, tudo o que está indexado à factura, e verificar qual o valor total a pagar. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Há muitos anos atrás ainda no tempo dos escudos, apresentou na Assembleia Municipal um trabalho que fez, relativamente ao custo da água praticada nos concelhos de Constância, Abrantes, Entroncamento, Santarém, Lisboa, Mafra, Malveira e outros, tendo verificado que a autarquia de Constância pagava a água há EPAL colocada no depósito, a cinquenta e oito escudos (58\$00) mais IVA. A autarquia da Malveira pagava há EPAL cento e sessenta escudos (160\$00) mais IVA. O município da Azambuja pagava à EPAL sessenta e três escudos (63\$00) mais IVA. -----

Os preços que apresentou, prova que a EPAL não tem em conta a distância a que se encontram os municípios da tomada de água, sendo evidente, que as autarquias têm que ajustar o preço da água consoante o preço de compra. -----

Compreende a posição do vogal Carlos Alves, quanto à justeza do preço da água, mas é preciso não esquecer que o pagamento das taxas de saneamento e do lixo, aplicando-se o critério de maior consumo de água maior taxa, é injusto, uma vez que o munícipe pode consumir muita água e não fazer lixo, o mesmo se aplica a quem consuma pouca água e faça muito lixo. Entende que a resolução do problema, passará pela apresentação de propostas sérias, bem pensadas, e discutidas por todos os eleitos. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Entende que a EPAL no cálculo do preço da água não considere a distância mas sim o investimento feito e o retorno previsto. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

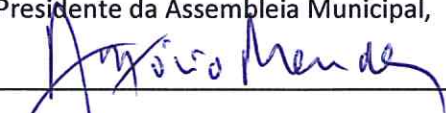
Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão pelas vinte e três horas. A presente Acta foi redigida, na sua versão final, pelo 1.º Secretário da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,

